

## Soraia Faria

---

**Para:** email@atlanticnaturalist.org  
**Assunto:** RE: Parecer da Associação Naturalistas do Atlântico no âmbito da consulta pública sobre a proposta legislativa que visa permitir a pesca de salto e vara dentro das Áreas de Proteção Total da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)

---

**De:** email@atlanticnaturalist.org <email@atlanticnaturalist.org>

**Enviada:** 23 de abril de 2025 11:22

**Para:** Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>

**Assunto:** Parecer da Associação Naturalistas do Atlântico no âmbito da consulta pública sobre a proposta legislativa que visa permitir a pesca de salto e vara dentro das Áreas de Proteção Total da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento

Horta, 23 de Abril 2025

**ASSUNTO:** Parecer da Associação Naturalistas do Atlântico no âmbito da consulta pública sobre a proposta legislativa que visa permitir a pesca de salto e vara dentro das Áreas de Proteção Total da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA).

No âmbito do processo de consulta pública em curso, a Associação Naturalistas do Atlântico (ANA) vem manifestar a sua perspectiva sobre a proposta de alteração legislativa que visa permitir atividades extrativas, nomeadamente a pesca de salto e vara, nas Reservas Marinhas Integrais da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA).

A ANA desenvolve trabalhos na região dos Açores desde 2018 e com projetos relevantes de investigação científica de âmbito nacional e internacional.

Destacamos os projetos BioDivAmp, um primeiro estudo piloto sobre a biodiversidade nas áreas marinhas protegidas em Portugal continental e Açores financiado pelo Fundo Azul em 2022 ou o mais recente Projeto Europeu Biodiversa + "Eurosing" que visa a conservação dos habitats e das espécies de cavalos marinhos e marinhas à escala Europeia.

Por acreditarmos que a existência de áreas integralmente protegidas é fundamental para a preservação, recuperação e sustentabilidade ambiental e económica da Região:

A proposta em análise põe em causa o princípio base destas reservas — a ausência de pressão humana direta — e contraria compromissos assumidos por Portugal ao nível europeu e internacional, nomeadamente no âmbito da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O Banco Princesa Alice e o Banco D. João de Castro são exemplos de zonas que evidenciam um valor ecológico, científico e turístico muito significativo, e que teriam garantida a sua proteção integral com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2024/A, de 24 de dezembro. A abertura de uma exceção que permitisse a pesca de salto e vara nestas áreas implicaria a sua desclassificação e o aumento da sua vulnerabilidade.

A ANA apela à rejeição de qualquer proposta que abra as reservas marinhas integrais englobadas na RAMPA à pesca ou a quaisquer outras atividades extrativas.

Com os melhores cumprimentos,  
Gisela Dionísio  
Presidente Associação Naturalistas do Atlântico